

# DÍVIDA

## Chegam as missões. Vai começar a renegociação. 9 OUT 1984

Na próxima semana, começam a chegar as missões técnicas — dos bancos credores e do FMI — que vão preparar o terreno para a fase três da renegociação da dívida externa brasileira, que deverá ter caráter plurianual e dispensar a injeção de qualquer recurso novo do Exterior nos próximos anos. Entretanto, técnicos da área econômica que vêm trabalhando na elaboração de hipóteses na área externa para 1985 confirmaram ontem que, se o Brasil concluir as negociações sem faltar parte dos juros ou obter novos empréstimos, o nível das reservas internacionais do País vai declinar e pode ameaçar os planos econômicos do próximo governo.

As autoridades vêm trabalhando com uma posição conservadora e considerada pouco otimista, levando em conta uma taxa de juros internacionais de 12,5% durante todo o próximo ano, ainda que confirmem que a tendência é de redução das taxas, na medida em que o déficit fiscal norte-americano deve declinar, e a economia dos EUA deve crescer apenas em torno de 3% contra os 7% previstos para este ano.

O governo brasileiro insiste que o caixa do País acumula hoje cerca de US\$ 6 bilhões, e que o nível de reservas é maior, considerando aí inclusive as "polonetas" que nunca serão pagas. O professor Dércio Garcia Munhoz, coordenador econômico do candidato opositor à presidência, Tancredo Neves, porém, garante que as reservas líquidas do Brasil alcançam apenas US\$ 900 milhões.

Para técnicos do governo, o certo é que o Brasil está procurando de fato evitar confronto com os banqueiros credores, porque a cúpula econômica está tentando de todos os modos obter uma renegociação plurianual bastante sólida, talvez maior do que a do México. O problema é que, na prática, isso não significa nenhuma mudança efetiva: apenas, em vez de se reescalar o principal todo ano, isso será feito por um período maior. O importante mesmo, que é o reescalonamento dos juros, não será alterado. Os banqueiros querem receber o pagamento integral dessa parcela da dívida.

### Missões

O principal objetivo da missão de economistas dos bancos credores (que chega a Brasília segunda-feira) é traçar projeções do balanço de pagamentos no período 1985-1990. Já a missão do FMI, com a presença da chefe-adjunta da Divisão do Atlântico, Ana Maria Jul,

terá como preocupação projetar o comportamento futuro da balança comercial do País. Esses dados servirão de base para a fase 3 da renegociação da dívida.

Embora o período de 1985 a 1990 corresponda justamente ao mandato do próximo presidente da República, o Banco Central entende que, qualquer que seja o candidato eleito em janeiro próximo, pouco mudará na renegociação da dívida.

A questão básica da renegociação é a dívida que está aí, argumenta uma fonte do Banco Central para desconsiderar mudanças bruscas nas relações do Brasil com os seus credores, a partir de março de 1985. Por isso, os banqueiros traçarão as projeções das contas externas para os próximos seis anos com os membros do atual governo, explicou a fonte do Banco Central, ao anunciar a vinda dos membros do Subcomitê de Economia do Comitê Renegociador da Dívida Brasileira, na próxima segunda-feira, sob a chefia do economista Douglas Smee, do Banco de Montreal.

### Trunfo

Para o início da próxima etapa de renegociação, a 5 de novembro, o Brasil já conta como trunfo o cumprimento de todas as metas acertadas com o Fundo Monetário Internacional, como balanço de pagamentos, reservas cambiais líquidas, crédito interno líquido e, provavelmente, déficit público nominal e operacional. O desvio na expansão da base monetária — emissão primária de moeda — exige apenas consulta formal ao FMI, mas não critério de desempenho desabonador do programa de ajuste da economia brasileira.

Ao sentar à mesa de negociações, o Brasil espera dispor também de superávit comercial anualizado de US\$ 12 bilhões. Com o fechamento da balança comercial em outubro, os números do superávit mostrarão o equilíbrio das contas externas capaz de justificar a dispensa de novo jumbo, mesmo com base em projeções conservadoras. Sem dinheiro novo, o País exigirá maiores prazos de amortização e carência para as dívidas a vencer nos próximos anos. Se houver maior carência, o Brasil pode continuar o processo de ajuste do balanço de pagamentos, sem precisar do ingresso de recursos novos até o final da década, com Paulo Maluf ou Tancredo Neves na Presidência, afirma o técnico do Banco Central, negociador direto com os economistas dos bancos privados e do FMI.